

CAPÍTULO 3

AUTODEFINIÇÃO, CIBERATIVISMO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE MULHERES NEGRAS

Monique Britto Eleotério

Introdução

O avanço tecnológico da humanidade tem se configurado ao longo da história pela sua dicotômica capacidade de aumentar a qualidade de vida e aprofundar as desigualdades sociais. Serviços, produtos e toda tecnologia produzida que conseguem promover avanços nas mais diversas áreas sociais não são distribuídos equitativamente, reproduzindo a lógica segregadora de acesso a direitos, característica da sociedade capitalista.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) se configuram na atualidade como um dos principais ativos mundiais, sendo responsáveis por fomentar relações comerciais, políticas e humanas. De acordo com o UNESCO Institute for Statistics (2009), as TICs compreendem um conjunto diversificado de ferramentas e recursos tecnológicos utilizados para transmitir, armazenar, criar, compartilhar ou trocar informação. Esses recursos incluem computadores, a rede de internet (sites, blogs, e-mail), tecnologias de radiodifusão (rádio, televisão), tecnologias gravadas (podcasts, players de áudio e vídeo e dispositivos de armazenamento) e serviços de telefonia (fixa, móvel, satélite e videoconferência).

A apropriação de tais recursos expressa a contradição da correlação de forças intrínseca à sociedade de classes. Ao mesmo tempo em que contribuem para ampliar os lucros capitalistas, otimizando processos de produção e extração da mais-valia, as TICs se constituem como ferramentas de fortalecimento da classe trabalhadora:

democratizando o acesso a uma gama limitada de direitos e possibilitando a construção de novas sociabilidades, articulações e formas de produção de conhecimento.

Historicamente, a construção de narrativas contra hegemônicas e de espaços de articulação e sociabilidade se constitui como ferramenta fundamental para os movimentos sociais. Montano e Duriguetto (2011, p. 264) definem movimento social da seguinte forma

[...] uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização [...] é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade / necessidade / reivindicação / pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas [...].

A construção de novas narrativas sobre si vem se consolidando como pilar estratégico nos movimentos sociais de mulheres negras: contar as próprias histórias permite não somente o exercício de refletir sobre os atravessamentos de sua própria inserção social, mas também explorar a construção de respostas - e principalmente de perguntas – a partir da experimentação da realidade.

As TICs se apresentam, nesse contexto, não somente como instrumentos técnicos que possibilitam a interconexão entre pessoas em diferentes tempos e espaços, mas também como espaços de produção da dimensão sociocultural (Oliveira; Silva; Silveira, 2020). Dessa forma, carregam em si, dentre outras capacidades, o potencial de construir novas representações, fortalecer identidades, visibilizar demandas e consolidar vozes de grupos historicamente marginalizados.

O presente capítulo propõe refletir como a presença digital pode se constituir como ação política dos movimentos sociais de mulheres negras, explorando a relação entre lugar de fala e representação, usos das mídias digitais, ciberativismo e design da informação no desenvolvimento da incidência política.

1. Um breve olhar para os movimentos sociais de mulheres negras no Brasil

A história dos movimentos sociais de mulheres negras no Brasil tem em sua gênese o atravessamento das dificuldades encontradas por mulheres negras para que a complexidade de sua identidade fosse reconhecida enquanto parte da sua agência política, mesmo em organizações sociais que se propunham teoricamente a lutar pela “igualdade” em suas diversas faces.

De acordo com Sueli Carneiro, acompanhando os caminhos de outros movimentos sociais progressistas brasileiros, durante muito tempo, o feminismo seguiu prisioneiro de uma visão eurocêntrica e universalizante sobre as mulheres. Nesse sentido, não conseguia reconhecer as diferenças e desigualdades presentes nas diversas formas de ser mulher. Consequentemente, “as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade” (Carneiro, 2003).

Não é possível afirmar que houve uma continuidade histórica entre as diferentes organizações de mulheres negras que se desenvolveram no Brasil ao longo das diferentes fases históricas do país. (Werneck, 2010). Compreender essa afirmativa torna possível não perder de vista a diversidade existente na própria identidade “mulher negra”, ao mesmo tempo em que nos permite encarar o feminismo negro como uma importante ferramenta na construção de contradiscursos e como uma estratégia de disputa com diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de (auto)definição. Acredita-se que o feminismo negro, enquanto movimento articulado e autodenominado, tenha surgido não das entranhas do feminismo eurocêntrico tradicional, mas sim do Movimento Negro Unificado, na década de 1970.

Segundo Caldwell (2000 *apud* Reis, 2006), “a apresentação do Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras em junho de 1975, marcou o primeiro reconhecimento

formal de divisões raciais no movimento feminista brasileiro.” Porém, o estabelecimento efetivo de uma relação entre as mulheres negras e o movimento feminista aconteceu em 1985, durante o III Encontro Feminista Latino-americano, ocorrido em Bertioga (SP). Durante aquele Encontro, emergiu a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva e o objetivo de adquirir visibilidade política no campo feminista (Reis, 2006). Emergiram assim os coletivos de mulheres negras, concomitantes à realização de encontros estaduais e nacionais de mulheres negras.

Segundo Reis (2006), o Encontro de Bertioga consolidou entre as mulheres negras um discurso feminista, negado por décadas. Por meio do depoimento de uma militante, a autora nos apresenta pautas primordiais às mulheres negras, que as afastaram do movimento feminista em um momento inicial e que, posteriormente, foram conteúdo das agendas trazidas para o interior do movimento:

O feminismo da década de 80 no Brasil era o feminismo do direito ao corpo; nossos corpos nos pertencem; as mulheres negras sempre reivindicavam para além dessas coisas, sem discutir o valor dessas questões. [...] reivindicavam direito ao trabalho, à creche, direito à casa, à vida, à autoimagem; era muito diferente. [...] e que as feministas não estavam procurando esse tipo de coisa, sequer estavam considerando isso como pauta do feminismo (Reis, 2006, p. 60).

Já em 1987, durante o IX Encontro Nacional Feminista realizado em Garanhuns (PE), as mulheres negras participaram, denunciando o caráter de exclusão, autoritarismo e universalização do sujeito mulher por parte do movimento feminista hegemônico (Costa, 2020).

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) aconteceu em 1988, na cidade de Valença (RJ), e contou com 450 mulheres pretas de diversos estados do país. A agenda principal do Encontro incluía “educação, controle de natalidade, prostituição, emprego doméstico, formas de organização coletiva, inserção em

demais movimentos políticos, violência, alcoolismo e ancestralidade africana, além de sexualidade e prazer” (Maciel, Rios, 2017).

Naquele evento, considerado um marco na articulação política do feminismo negro, foi reafirmado “o papel das mulheres negras como sujeito central no processo de reivindicação por uma sociedade justa, igualitária e sem discriminação, a partir de seus próprios referenciais” (CFEMEA), caráter que se consolidou como eixo central no movimento ao longo de sua trajetória.

1.1 a constituição de narrativas sobre si como estratégia política.

A concepção de poder relacionada à representação nos permite compreender sua função de produzir novos discursos, novos tipos e objetos de conhecimento, novas práticas sociais e novas instituições. (HALL, 2016). A construção de representação por meio de tipos e estereótipos estaria, então, relacionada ao modo de se estabelecer consensos e às bases culturais e teóricas que permitem a reprodução das dinâmicas sociais e, conseqüentemente, suas desigualdades.

A articulação do feminismo negro buscava, desde sua origem, criticar e apontar o machismo no movimento negro e o racismo no movimento feminista, mas, acima de tudo, superar o que Sueli Carneiro definiu como “identidade de objeto”. Respeitando a necessidade urgente e inadiável de falar por si, de si e a partir dos próprios interesses, e não somente efetuando coro às prioridades de suas parcerias de luta. Ao mencionar a “agressividade de mulheres negras”, Lélia Gonzalez nos elucida em seguida que agressividade significa o movimento de “chamar a si”, “chamar às falas”, ou seja, quebrar com a invisibilidade de uma parte de si, sempre imposta no jogo cínico de negociação das existências que a dinâmica eurocêntrica e capitalista impõe.

Segundo Djamila Ribeiro (2017), “definir-se é um *status* importante de fortalecimento e de demarcar possibilidades de transcendência da norma colonizadora”. Para a autora, compreender o funcionamento das dinâmicas entre poder e identidades é fundamental

para identificar como o colonialismo articula essas identidades, resultando em uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros.

A importância política da autodefinição para mulheres negras pode ser compreendida por meio da leitura de Patrícia Hill Collins:

A insistência de mulheres negras em autodefinirem-se, autoavaliarem-se, e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. (Collins, 2016, p. 105)

A trajetória dos movimentos de mulheres negras no Brasil demonstra que a disputa da narrativa de si não se limita a um gesto simbólico ou identitário, mas constitui uma estratégia política de profundo alcance emancipatório. Trata-se de um movimento de produção de saberes, práticas e horizontes que visa desestabilizar o racismo, o sexismo e as desigualdades de classe, ao mesmo tempo em que desloca mulheres negras da posição historicamente atribuída de objeto para a condição de sujeitos de suas próprias histórias. Nesse sentido, a narrativa de si opera como ferramenta de autodefinição e de enfrentamento às estruturas de poder que regulam quem pode falar, sobre o quê e em quais termos.

2. Ciberativismo: ferramentas de resistência na era da tecnologia da informação e comunicação

Segundo Almeida (2018, p. 57, apud Sant’anna; Sousa; Pinheiro, 2023), o racismo, para ser mantido, requer a “criação e recriação do imaginário social”, que associa características biológicas ou práticas culturais à raça e naturaliza a desigualdade social e sua atribuição à identidade racial. As mídias, juntamente com a cultura e a educação, constituem mecanismos de produção simbólica que invisibilizam a

questão racial e normalizam a desigualdade no acesso a direitos (Sant’anna; Sousa; Pinheiro, 2023). Nesse sentido, as autoras destacam a árdua tarefa dos movimentos negros de construir “novos imaginários sociais” e o papel da comunicação na construção e desconstrução simbólica sobre as imagens das populações negras.

Compreendendo a cibercultura como campo fértil para a construção de um poder simbólico no que se refere à construção de imagens e do imaginário social sobre mulheres negras (Sant’anna; Sousa; Pinheiro, 2023), pode-se compreender seu potencial na transformação das formas de apreensão e reprodução da realidade. Suas possibilidades se traduzem, por exemplo, no fortalecimento de disseminação de imagens positivas e construção de espaços de diálogo caracterizados pelo pertencimento ou pela troca entre diferentes experiências.

A possibilidade de se apropriar socialmente de novas tecnologias para construir comunidades digitais, conexões e conteúdos que visibilizem demandas de grupos e sujeitos historicamente silenciados pelos processos de “desenvolvimento” e colonização é apresentada por Santos et al. (2023) por meio do movimento de re-existir em um contexto digital. A atuação dos movimentos de mulheres negras no ciberespaço pode ser observada, então, pelo seu papel fundamental para desconstrução de estereótipos e criação de novas formas de incidência política por meio da democratização do acesso à informação.

Nesse sentido, o ciberativismo configura-se como uma importante estratégia de ação política para os movimentos sociais de mulheres negras, ao possibilitar a apropriação das TICs para a construção de narrativas próprias, fortalecimento da autodeterminação e constituição de frentes de enfrentamento às estruturas racistas e patriarcais. A produção de discursos contra hegemônicos no ambiente digital tem se constituído como um instrumento fundamental para romper silenciamentos históricos e disputar sentidos sobre identidade, corpo, território e direitos, especialmente a partir da experiência vivida das mulheres negras (Carneiro, 2003; Ribeiro, 2017). As redes digitais

tornam-se, então, espaços de enunciação política e afirmação epistêmica, nos quais se articulam raça, gênero e classe interseccionalmente (Akotirene, 2019). Assim, o ciberativismo não se restringe à visibilidade, mas atua como mediação política relevante para a organização, mobilização e incidência dos movimentos de mulheres negras, conectando o espaço virtual às práticas concretas de resistência e transformação social (Castells, 2013).

Apesar das potencialidades do ciberativismo, é importante destacar que o ciberespaço não constitui um espaço de neutralidade, mas sim um campo atravessado por relações de poder, interesses econômicos e disputas políticas. Na perspectiva de Silveira (2021), as Tecnologias da Informação e Comunicação reproduzem assimetrias globais e reforçam valores e culturas hegemônicas, por meio da operação de uma forma de colonialismo de dados que perpassa a extração, o controle e a circulação de informações. Algoritmos e plataformas digitais não somente mediam interações, mas também moldam interesses, visibilidades e apagamentos, influenciando na definição de quais narrativas ganham centralidade no espaço público (Jurno, 2021).

A presença digital dos movimentos de mulheres negras tensiona essa lógica, assumindo um caráter estratégico na disputa de regimes de visibilidade e produção de contranarrativas que desafiam a colonialidade da informação. Tal disputa, no entanto, está condicionada às desigualdades de acesso e utilização das tecnologias, evidenciando a importância de uma conectividade significativa, capaz de garantir não somente o acesso técnico, mas condições materiais e simbólicas para a produção autônoma de sentidos e a incidência política no ambiente digital (Jorge; Makwakwa, 2024).

3. Presença digital como ação política institucional: analisando a comunicação da ONG Criola em suas mídias digitais

CRIOLA é uma organização não-governamental fundada no Rio de Janeiro em 1992 que tem como missão

[...] instrumentalizar as mulheres negras – jovens e adultas, cis e trans – para o enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia. E ainda para atuar nos espaços públicos, na defesa e ampliação dos seus direitos, da democracia, da justiça e pelo Bem Viver. (CRIOLA, s.d.)

Com uma atuação focada na defesa dos direitos humanos e no direito das mulheres negras, jovens e adultas, a organização possui quatro objetivos de atuação: produção de conhecimento, formação e suporte a lideranças negras, pressão em instâncias públicas e ações políticas no contexto de crises.

A presença digital da ONG CRIOLA constitui uma importante dimensão de sua intervenção política institucional: sua atuação no ciberespaço supera a difusão de informações, expressando uma forma de ciberativismo articulada às lutas históricas do movimento de mulheres negras, que opera na mediação entre espaço digital e práticas concretas de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e às desigualdades estruturais.

Para fins desta análise, delimitou-se como corpus o site institucional da CRIOLA e o perfil da organização no Instagram, compreendidos como ferramentas complementares de comunicação. O site foi analisado por concentrar a formulação político-institucional da organização, enquanto o Instagram foi considerado principal meio de circulação, mobilização e ampliação de alcance das narrativas produzidas, a partir da observação de informações gerais do perfil, tipos de conteúdo publicados e métricas agregadas de engajamento, sem a pretensão de análise exaustiva de postagens individuais.

No que se refere à natureza dos conteúdos, a comunicação digital da CRIOLA pode ser observada por meio de categorias que expressam sua ação política institucional: incidência política e advocacy em defesa dos direitos das mulheres negras, produção e disseminação de conhecimento, mobilização social e construção de narrativas políticas ancoradas em memória, experiência e autodeterminação.

O site institucional está organizado de forma a facilitar o acesso às informações sobre sua missão, ações e produções institucionais, articulando conteúdos institucionais, mobilização e conhecimento para públicos diversos. No menu principal, destacam-se as seções “Quem Somos” (com informações sobre a missão da organização, sua história e atuação contra o racismo patriarcal cisheteronormativo) e “Atuação” (que apresenta os eixos de trabalho, como produção de conhecimento, incidência política e ações de justiça social). Na aba “Lute”, encontram-se áreas voltadas para engajamento e participação, como ações, campanhas, debates sobre justiça e orientações para enfrentamento de racismo. Em “Fique por Dentro”, o usuário acessa notícias, conteúdos multimídia (incluindo podcast e canal no YouTube) e materiais atualizados sobre atividades da organização. A seção “Multiversidade” organiza conteúdos de formação e publicações especializadas, divididos em categorias como boletins, cadernos, informes temáticos sobre democracia, saúde, racismo ambiental, sistema de justiça e violência racial ou de gênero, além de repositórios e materiais específicos de apoio à pesquisa e mobilização. Há também a seção “Negras na História”, dedicada à trajetória política e biográfica de mulheres negras, e funcionalidades de apoio à causa (doações) e newsletter. O rodapé reúne ainda links institucionais, contato e políticas do site, bem como acesso às redes sociais da organização, refletindo um desenho que integra informação institucional, mobilização política, produção de conhecimento e canais de engajamento.

Quanto aos formatos comunicacionais, a CRIOLA mobiliza textos informativos, materiais audiovisuais, campanhas digitais, cards educativos e conteúdos de caráter político-pedagógico, adaptando suas estratégias às lógicas próprias das plataformas digitais.

O perfil do Instagram, por sua vez, possibilita a tradução desses conteúdos em formatos mais dinâmicos e acessíveis, de fácil veiculação, ampliando sua circulação e potencial de engajamento. A tradução dos conteúdos do site institucional para as redes sociais pode ser compreendida no processo de design da informação, no qual conteúdos complexos são reorganizados e hierarquizados para garantir compreensão e circulação em diferentes ambientes digitais (Horn, 1999). No contexto do ciberativismo, essa mediação assume caráter político, pois a forma de apresentação da informação incide diretamente sobre sua visibilidade e potencial de mobilização. Considerando que as plataformas digitais operam por lógicas algorítmicas que priorizam determinados formatos e conteúdos, o design da informação constitui também uma estratégia de disputa no ciberespaço, ao tensionar apagamentos e favorecer a circulação de narrativas contra-hegemônicas (Jurno, 2021).

Pode-se observar que a CRIOLA atua em um campo tensionado, no qual a necessidade de adequação às linguagens das plataformas convive com o esforço de preservação da densidade política e crítica de suas narrativas.

A dimensão política da presença digital da CRIOLA manifesta-se, sobretudo, na disputa por regimes de visibilidade e na produção de contranarrativas frente à colonialidade da informação. O ciberativismo desenvolvido pela CRIOLA contribui para a construção de autoridade política e epistêmica das mulheres negras no espaço digital, articulando comunicação, mobilização e incidência institucional.

Considerações finais

Podemos concluir que o ciberespaço vem se configurando como um campo fértil de possibilidades de intervenção dos movimentos sociais. As TICs, quando apropriadas pelos movimentos organizados de mulheres negras, não operam somente como ferramentas de comunicação, mas como tecnologias políticas de produção de sentidos, articulação coletiva e autodeterminação. Um espaço em constante dis-

puta e atualização, que permite que grupos historicamente marginalizados fortaleçam redes, acessem conhecimentos e compartilhem saberes não somente com quem compartilha a mesma identidade, mas também com pessoas de “fora”. Dessa forma, a construção de narrativas contra hegemônicas ganha espaço e possibilidade concreta de disseminação em larga escala.

Embora a presença digital das organizações, ilustrada pelo caso da organização CRIOLA, represente uma estratégia relevante de intervenção política, ela se realiza em um campo marcado por disputas assimétricas, exigindo uma leitura crítica que reconheça tanto seu potencial emancipatório quanto os condicionantes estruturais que atravessam o uso das tecnologias. Trata-se de uma atuação que não está isenta de limites e contradições, impostos inclusive pela natureza de organizações sociais que também utilizam a presença digital para fins de captação de recursos e, conseqüentemente, sobrevivência de suas atuações. Existem, nesse sentido, fatores concretos que impactam no alcance dos benefícios dessa presença digital, como a dependência de plataformas digitais corporativas, a mediação algorítmica da visibilidade e as desigualdades de acesso e conectividade.

A experiência analisada evidencia que a incidência no ciberespaço pode tensionar a colonialidade da informação, disputar imaginários sociais e ampliar o alcance das agendas antirracistas, desde que compreendida de forma estratégica e crítica.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117–132, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>. Acesso em: 12 dez. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Geledés – Instituto da Mulher Negra*, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 12 dez. 2025.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFE-MEA). *25 anos CFEMEA: movimento e transformação*. Brasília, DF: CFE-MEA, 2014. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

COELHO, Andreza Maria Sá; GOMES, Sansarah da Silva. O movimento feminista negro e suas particularidades na sociedade brasileira. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís. *Anais [...]*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/o-movimento-feminista-negro-e-suas-particularidades-na-sociedade-brasileira.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2025.

COSTA, Sandra Santana da. Trajetória do feminismo negro no Brasil: movimentos e ações políticas. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 13., 2020, Pernambuco. *Anais [...]*. Pernambuco: AN-PUH-PE, 2020. Disponível

em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602116817_AR-QUIVO_df4175bcc27d056ca1e5bb1b397a560a.pdf. Acesso em: 29 dez. 2025.

CRIOLA. *Site institucional*. Rio de Janeiro: CRIOLA, [s. d.]. Disponível em: <https://criola.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1080–1099, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/WFgLzfG77DN7xhh8MLsHMvb/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS, 1984. p. 223–244.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, 1988.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu. Tradução: Daniel Miranda; William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

JORGE, Sonia; MAKWAKWA, Onica N. Fechando a brecha de possibilidades digitais: um chamado por banda larga universal, significativa e acessível. In: NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.br). *Conectividade significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil*. São Paulo: NIC.br, 2024. Disponível

em: https://www.nic.br/media/docs/publicacoes/7/20240415183307/estudos_setoriais-conectividade_significativa.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

JURNO, Amanda Chevtchouk. Plataformas, algoritmos e moldagem de interesses. *Margem Esquerda: Revista da Boitempo*, n. 36, 1. sem. 2021. LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACIEL, Regimeire; RIOS, Flávia. Feminismo negro brasileiro em três tempos: mulheres negras, negras jovens feministas e feministas interseccionais. *Labrys: estudos feministas*, n. 31, jul. 2017–jun. 2018. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Marilene de; SILVA, Cristiane Moreira da; SILVEIRA, Pollyanna Santos da. As mulheres, os feminismos e as TICs. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 449–458, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sQFWDW6v3QqcLLggc4L9mNb/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

PAULLA, Monique. Comunicação e política institucional: um duplo compromisso político antirracista. In: CUSTÓDIO, Leonardo; TAVARES, Júlia; SACRAMENTO, Mônica; XAVIER, Lúcia (org.). *Práticas antirracistas no Brasil*. Rio de Janeiro: CRIOLA, 2023.

RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANT'ANNA, Liana Cristina de Souza; SOUSA, Ana Lúcia Nunes de; PINHEIRO, Anna Marina Barbará. Mulheres negras e a autodefinição no ciberespaço: a disputa por outro imaginário social como estratégia política. In: CUSTÓDIO, Leonardo; TAVARES, Júlia; SACRAMENTO, Mônica; XAVIER, Lúcia (org.). *Práticas antirracistas no Brasil*. Rio de Janeiro: CRIOLA, 2023.

SANTOS, Carmen Kemoly da Silva; SANTANA, Luan Matheus dos Santos; SANTOS, Sarah Fontenelle; PAVAN, Maria Angela. O corre é diário: comunicação ancestral e feitiços contracoloniais para a construção de um outro jornalismo. In: CUSTÓDIO, Leonardo; TAVARES, Júlia; SACRAMENTO, Mônica; XAVIER, Lúcia (org.). *Práticas antirracistas no Brasil*. Rio de Janeiro: CRIOLA, 2023.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 33–52.